26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE À LUZ DO REGIME DE INFORMAÇÃO

THE NATIONAL STRATEGY FOR SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION IN THE ORGANIZATION OF THE BRAZILIAN NATIONAL INNOVATION SYSTEM*: AN INFORMATION REGIME ANALYSIS*

Paula Tissiany Carneiro – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Terezinha Elisabeth da Silva - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar de que modo a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, enquanto dispositivo informacional, organiza o Sistema Nacional de Inovação brasileiro à luz da teoria do regime de informação. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise documental. O *corpus* foi composto pelo documento oficial *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016 - 2022*. A análise foi realizada a partir de três dimensões: estruturação do sistema, priorização estratégica e coordenação. Os resultados indicam a presença de uma rede diversificada de atores sociais e evidenciam que a Estratégia organiza o sistema por meio da expansão, consolidação e integração entre instituições de pesquisa, agências de fomento, governo e setor produtivo; da definição de prioridades consideradas estratégicas e da coordenação de mecanismos de fomento e execução. Conclui-se que o documento estrutura relações institucionais, legitima agendas e estabelece prioridades para o funcionamento do Sistema Nacional de Inovação brasileiro.
Palavras-chave: regime de informação; sistema nacional de inovação; dispositivo informacional; Brasil.

Abstract: This study aims to analyze how the National Strategy for Science, Technology and Innovation, understood as an informational device, organizes the Brazilian National Innovation System in light of information regime theory. This is an exploratory study with a qualitative approach, based on bibliographic research and documentary analysis. The corpus consisted of the official document National Strategy for Science, Technology and Innovation 2016–2022*. The analysis was conducted across three dimensions: structuring of the system, strategic prioritization, and coordination. The results reveal the presence of a diverse network of social actors and show that the Strategy organizes the system through the expansion, consolidation, and integration of research institutions, funding agencies, government, and the

productive sector; the definition of priorities deemed strategic; and the coordination of funding and implementation mechanisms. It is concluded that the document structures institutional relationships, legitimizes agendas, and establishes priorities for the operation of the Brazilian National Innovation System.
Keywords: information regime; national innovation system; informational device; Brazil

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o debate sobre o Sistema Nacional de Inovação (SNI) consolidou-se a partir do final dos anos de 1980, acompanhando formulações teóricas que passaram a compreender a inovação como elemento central do desenvolvimento econômico. Desde então, os estudos sobre o tema evidenciam que a capacidade inovativa das empresas depende das interações estabelecidas entre diferentes atores, instituições e recursos presentes no ambiente econômico e científico do país, reforçando o caráter relacional e institucional dos processos de inovação (Brito, 2025). No entanto, esses fluxos de informação científica e tecnológica não ocorrem de maneira espontânea ou descentralizada, mas são organizados por mecanismos institucionais de coordenação responsáveis por estruturar prioridades científicas, direcionar recursos, estabelecer critérios de legitimidade e promover a circulação da informação no interior do sistema.

À luz da teoria do regime de informação, essa coordenação pode ser compreendida como parte de um arranjo sociotécnico constituído por dispositivos institucionais, normas, políticas públicas e mecanismos organizacionais que regulam os fluxos informacionais relacionados à inovação científica e tecnológica. Conforme González de Gómez (2002), os regimes de informação configuram modos de produção informacional que definem sujeitos, regras, autoridades e meios preferenciais de circulação da informação em uma formação social específica. Sob essa perspectiva, o Sistema Nacional de Inovação brasileiro pode ser analisado não apenas como um conjunto de instituições voltadas à inovação, mas como uma rede sociocomunicacional na qual diferentes dispositivos institucionais organizam e legitimam a produção, a mediação e a circulação da informação.

Considerando a amplitude do regime de informação - dispositivos, atores, artefatos, e ações de informação- e a diversidade de dispositivos que compõem o Sistema Nacional de Inovação brasileiro, este estudo concentra-se no documento oficial *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação* 2016 - 2022 (ENCTI 2016–2022), entendido como elemento institucional estruturante da política científica e tecnológica nacional. Nesse contexto, questiona-se: de que modo o documento oficial da ENCTI 2016–2022 organiza o Sistema

Nacional de Inovação brasileiro? Para responder a essa questão, o presente ensaio tem como objetivo identificar, na ENCTI 2016–2022, os mecanismos de estruturação, priorização estratégica e coordenação do Sistema Nacional de Inovação brasileiro, compreendendo o documento como dispositivo informacional à luz da teoria do Regime de Informação.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório, orientada pela teoria do regime de informação. O *corpus* de análise é constituído pelo documento oficial *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016–2022*. Essa seleção decorre de sua centralidade na definição de diretrizes e prioridades e na orientação das formas de coordenação institucional da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Em razão do caráter exploratório do estudo e das limitações do formato de resumo expandido, a análise restringe-se ao conteúdo deste documento.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 01/2026/ANCIB, declara-se que este trabalho utilizou ferramentas de Inteligência Artificial (IA) como apoio ao processo de pesquisa e redação científica: o ChatGPT (OpenAI) para revisão e aprimoramento da redação acadêmica e tradução técnica; o NotebookLM (Google) para leitura assistida e síntese de informações extraídas da literatura consultada e o Canva 2.0 na geração de imagem (Figura 1). Ressalta-se que as ferramentas foram utilizadas exclusivamente como suporte técnico. A concepção da pesquisa, a análise e interpretação dos resultados são de responsabilidade das autoras, que realizaram a validação e a curadoria crítica de todo o conteúdo apresentado.

2 REGIME DE INFORMAÇÃO E O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO BRASILEIRO

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos e institucionais que orientam a análise do documento oficial da ENCTI 2016–2022. Inicialmente, discutem-se os dispositivos informacionais no âmbito do regime de informação. Em seguida, apresenta-se o Sistema Nacional de Inovação brasileiro, com destaque para seus principais atores sociais e para a inserção da ENCTI 2016–2022 nessa configuração institucional.

2.1 DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS NO REGIME DE INFORMAÇÃO

Na literatura, existem diferentes conceitos e abordagens para o termo informação. Considerando esse movimento entrópico conceitual, Silva e Pinheiro (2012) apontam para a categorização adotada por Braman (2006), no intuito de compreender melhor essas definições. A autora propõe seis conceitos de informação: como recurso; como *commodity*;

como percepção de padrões; como agente; como conjunto de possibilidades; e como força constitutiva na sociedade.

Sob a perspectiva da formulação de políticas de informação, Braman (2006) reconhece a informação como força constitutiva da sociedade como a categoria mais abrangente entre as definições apresentadas, associada aos efeitos cumulativos de múltiplas ações e fluxos informacionais. Essa concepção pode ser aplicada a uma ampla gama de fenômenos e processos nos quais a informação é requerida, bem como a estruturas sociais com diferentes graus de articulação e complexidade, conferindo à informação papel relevante na construção da realidade social e material.

É nesse contexto que o interesse analítico se desloca da informação em si para os arranjos que estruturam sua produção, organização e circulação. Assim, o conceito de regime de informação se mostra particularmente relevante para compreender como atores, instituições, normas e dispositivos participam da organização social da informação. O conceito de regime de informação desenvolvido por Frohmann (1995, p. 4) consiste em "qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determinados – de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos". González de Gómez (2002) define como:

> [...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (González de Gómez, 2002, p. 34).

González de Gómez (2002) acrescenta que o Regime de Informação se desdobra em um conjunto de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas por diferentes produtores, meios, canais e organizações a distintos destinatários ou receptores. Para apreender essa configuração, a operacionalização do conceito requer a identificação dos elementos que participam da sua constituição:

- Os atores sociais são reconhecidos por suas formas de vida e constroem suas identidades por meio de ações formativas, em contextos nos quais existem algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação (González de Gómez, 2003). Esses atores encontram-se intrinsecamente relacionados às ações de informação que propõem e desenvolvem no âmbito de um Regime de Informação.

- Os artefatos de informação, por sua vez, correspondem aos modos tecnológicos e materiais de armazenamento, processamento e transmissão de dados, mensagens e informações (González de Gómez, 2003).

- As ações de informação dizem respeito “àquelas que estipulam qual é o caso em que a informação é o caso” (González de Gómez, 1999, p. 4), ou seja, são os atos (explícitos ou tácitos, formais ou não) pelos quais indivíduos e grupos sociais decidem, em cada contexto, o que conta ou não como "informação".

- Dispositivos de informação, são as configurações estruturantes das redes que conferem forma a determinadas malhas relacionais e articulam condições informacionais, técnicas e institucionais que antecedem e condicionam as ações de informação (González de Gómez, 1999).

A partir desses elementos constituintes, muitos estudos têm operacionalizado o conceito de Regime de Informação sobre diferentes contextos marcados pela atuação estatal. Almeida e Souza (2023) utilizam o modelo analítico de Regime de Informação para examinar o Projeto de Lei nº 976/2021, referente à Política Nacional de Cidades Inteligentes, identificando atores sociais, ações, dispositivos e artefatos de informação; Bertoleza e Saeger (2025) caracterizam o regime de informação da remição de pena por leitura a partir de dispositivos legais, também identificando seus elementos constitutivos; e Quintslr e Schneider (2025) mobilizam o conceito como quadro analítico para examinar o contexto político e institucional das estatísticas oficiais, considerando suas relações com o Estado, atores, instituições e disputas por visibilidade.

Entre essas aplicações, a especificidade desta pesquisa reside no recorte do documento oficial *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016–2022* como dispositivo informacional e examina sua função organizadora no SNCTI. Esse recorte encontra fundamento em González de Gómez (1999, p. 26), para quem “os dispositivos seriam, para nós, configurações estruturantes das redes”. Nessa abordagem, o dispositivo não corresponde a um instrumento neutro nem pode ser compreendido apenas pela finalidade que orienta sua criação, pois se constitui em seu campo de operação. González de Gómez (1999, p. 26) o define como “uma formação de estratégias de informação que ganha certa densidade, estrutura e duração”. É a partir dessa ótica que a ENCTI 2016–2022 é tomada, nesta pesquisa, como dispositivo informacional do SNCTI, isto é, como uma configuração que participa da

estruturação das relações e das estratégias de informação que se estabelecem no âmbito do Sistema.

2.2 SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO BRASILEIRO E SEUS ATORES SOCIAIS

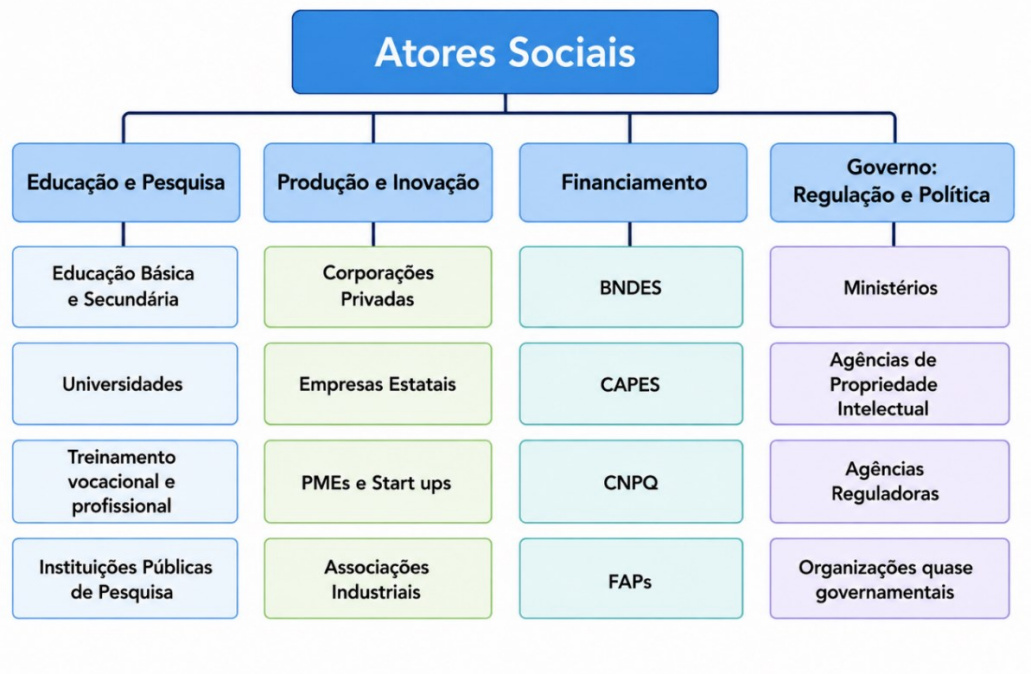
Antes de analisar a ENCTI (2016 a 2022), faz-se necessário contextualizar a configuração do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) [1] brasileiro e o papel desempenhado pelo Estado em sua coordenação. Cavalcante (2023) identifica que o país possui um Sistema Nacional de Inovação historicamente estruturado a partir de um modelo de inovação liderado pelo Estado (*state-led innovation model*), no qual o setor público, sobretudo o governo federal, atua como centro de gravidade da governança da política de CT&I. Essa centralidade estatal se materializa na articulação entre ministérios, agências de fomento, universidades, centros públicos de pesquisa, fundações e empresas estatais, conformando uma estrutura institucional responsável pela coordenação de prioridades, financiamento, pesquisa e inovação no país.

A dinâmica envolve a articulação entre diferentes atores institucionais, públicos e privados, responsáveis pela produção, financiamento, regulação e execução das atividades de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Essas interações têm sido analisadas por estudos recentes que destacam o caráter relacional e institucional dos processos de inovação no país (Brito, 2025; Cavalcante, 2023; Figueiredo, 2023).

Nesse contexto, Mazzucato e Penna (2016) segmentam o Sistema Nacional de Inovação brasileiro em quatro subsistemas: educação e pesquisa, produção e inovação, regulação e políticas públicas e financiamento, nos quais atuam distintos atores dedicados às atividades de CT&I, conforme apresentado na Figura 1.

[1] Embora a literatura sobre inovação utilize amplamente a noção de Sistema Nacional de Inovação (SNI), especialmente nos estudos oriundos da economia da inovação, as Estratégias Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) adotam institucionalmente a denominação Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), termo utilizado neste trabalho por sua maior aderência ao *corpus* documental e à estrutura político-institucional da política nacional de CT&I.

Figura 1 – Atores Sociais do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro



Fonte: elaboração própria com base em Mazzucato e Penna (2016)

Nota-se um leque de organizações predominantemente públicas, que desempenham funções centrais e complementares no bojo do SNCTI brasileiro. Para além da composição institucional do sistema, observa-se uma organização multinível articulada entre instâncias políticas, agências de fomento e operadores de CT&I, responsável pela formulação de agendas, legitimação de prioridades e execução das atividades científicas e tecnológicas. Nessa configuração, os atores sociais constituem um elemento fundamental para a compreensão do sistema, uma vez que suas interações se materializam por meio de dispositivos, instrumentos e mecanismos de coordenação que orientam a organização da política nacional de CT&I.

3 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO DISPOSITIVO INFORMACIONAL

Nesse arranjo, a ENCTI (2016–2022) constitui o principal instrumento de orientação estratégica de médio prazo da política nacional de CT&I, estabelecendo diretrizes e prioridades para a atuação dos diferentes atores do sistema. Elaborada como continuidade da estratégia anterior (2012 – 2015), o documento busca orientar as ações governamentais relacionadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo do país e é compreendido

nesta pesquisa como um dispositivo informacional na configuração e orientação do SNCTI (Brasil, 2016).

Com esse propósito, foi elaborada uma matriz analítica que articula as evidências documentais da ENCTI 2016–2022 à concepção de dispositivo informacional desenvolvida por González de Gómez (1999) no âmbito da teoria do Regime de Informação. As dimensões de estruturação do SNCTI, priorização estratégica e coordenação do SNCTI foram identificadas na análise documental e posteriormente interpretadas como aspectos da configuração do dispositivo. Essas dimensões permitem examinar como o Estado orienta e direciona a política de CT&I no país. O resultado dessa sistematização é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões analíticas da ENCTI 2016–2022 como dispositivo informacional do SNCTI

Dimensão Analítica	**ENCTI 2016 – 2022**	**Interpretação à luz do dispositivo informacional**
Estruturação do SNCTI	Expansão, consolidação e integração como eixos estruturantes.	Dispositivo informacional como configuração estruturante da rede.
Priorização estratégica	Seleção de onze temas estratégicos e definição de ações prioritárias.	Priorização como dimensão da formação estratégica do dispositivo informacional.
Coordenação do SNCTI	Estrutura multinível organizada em três níveis: político (decisão), fomento (mediação por instrumentos) e operador (execução por pesquisadores e empresas).	Dimensão organizacional do dispositivo.

Fonte: elaboração própria com base em Brasil (2016) e González de Gómez (1999)

Estruturação do SNCTI: A ENCTI 2016–2022 estabelece a expansão, a consolidação e a integração como eixos essenciais de estruturação do SNCTI. Esses processos orientam o planejamento do sistema e são desenvolvidos a partir de cinco pilares fundamentais: promoção da pesquisa, infraestrutura, financiamento, recursos humanos e inovação empresarial. O documento também destaca a integração entre políticas governamentais e estratégias empresariais como condição para reduzir a fragmentação institucional e aproximar a pesquisa pública do setor produtivo (Brasil, 2016).

A articulação entre expansão, consolidação e integração evidencia a forma pela qual a ENCTI estrutura, no plano documental, os elementos que compõem o SNCTI. Com base em González de Gómez (1999, p. 26), para quem “os dispositivos seriam, para nós, configurações estruturantes das redes” e “o dispositivo designaria uma morfologia da rede ou de uma malha

da rede", essa disposição permite compreender a ENCTI enquanto dispositivo informacional, na medida em que confere forma às relações entre atores, recursos e instrumentos no âmbito do Sistema.

Priorização Estratégica: A ENCTI 2016–2022 seleciona onze temas estratégicos e associa a cada um deles estratégias e ações prioritárias, vinculando essa definição ao direcionamento dos investimentos em CT&I. O próprio documento explicita que a escolha de determinadas áreas como prioritárias é condição para orientar os investimentos com consistência e coerência e, a partir dessa seleção, elege temas estratégicos, define ações prioritárias e prevê a elaboração de Planos de Ação específicos. Essa priorização integra a configuração estratégica do documento enquanto dispositivo informacional. Em González de Gómez (1999), o dispositivo é compreendido como uma formação de estratégias de informação que adquire densidade, estrutura e duração. Nessa perspectiva, as prioridades inscritas na ENCTI podem ser interpretadas como parte da conformação estratégica por meio da qual o dispositivo projeta uma determinada organização do SNCTI.

Coordenação do SNCTI: A ENCTI 2016–2022 apresenta uma estrutura multinível de atuação. No nível político, situam-se os atores responsáveis pela definição das diretrizes estratégicas do Sistema; no nível de fomento, as agências operam os instrumentos que viabilizam essas decisões; e, no nível operacional, pesquisadores, instituições científicas e tecnológicas e empresas executam as atividades de PD&I planejadas. O documento atribui ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) a função de coordenador do SNCTI, em razão de suas competências legais, do domínio de recursos essenciais e de seu papel histórico no Sistema (Brasil, 2016). Nesse sentido, a dimensão da coordenação pode ser aproximada da dimensão organizacional do dispositivo em González de Gómez (1999). Para a autora, considerados como dispositivos, os recursos de informação apresentam arcabouços organizacionais que "mudam ou se reproduzem conforme se reproduzem ou mudem os agentes que os planejam, os executam e os administram" (González de Gómez, 1999, p. 26). Na ENCTI, a coordenação expressa justamente essa dimensão organizacional, ao dispor e relacionar atores responsáveis por funções distintas de decisão, fomento e execução no âmbito do SNCTI".

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar, na ENCTI 2016–2022, os mecanismos que organizam o SNCTI brasileiro, compreendendo o documento como dispositivo informacional à luz da teoria do Regime de Informação. Essa organização é acompanhada pela estruturação em eixos, seleção de temas estratégicos e ações prioritárias e por uma estrutura multinível na qual se distinguem instâncias de decisão política, fomento e execução. Sob a perspectiva do regime de informação, a ENCTI pode ser compreendida como dispositivo informacional enquanto configuração estruturante da rede; a priorização estratégica, evidenciada pela seleção de temas e ações considerados prioritários, pode ser interpretada como parte da formação estratégica desse dispositivo; e a coordenação aproxima-se dos arcabouços organizacionais que definem posições e mediações institucionais.

A análise concentra-se na ENCTI 2016–2022 como dispositivo informacional, não abrangendo a reconstrução do Regime de Informação do SNCTI em sua totalidade. Os instrumentos e as ações prioritárias identificados no documento foram analisados como elementos de sua configuração estratégica, não sendo automaticamente equiparados às categorias de artefatos e ações de informação do Regime de Informação. A ampliação do *corpus* e da análise dessas relações constitui uma possibilidade para estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Camilla Castro de; SOUZA, Elisabete Gonçalves de. Política Nacional de Cidades Inteligentes e bibliotecas públicas: uma análise do Projeto de Lei nº 976/2021 à luz do conceito de regime de informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...] Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/issue/view/3. Acesso em: 10 set. 2026.

BERTOLEZA, Nayra Lorhanne Caldeira; SAEGER, Márcia Maria de Medeiros Travassos. Caracterização do regime de informação da remição de pena por leitura. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANCIB. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/issue/view/5. Acesso em: 10 set. 2026.

BRAMAN, Sandra. **Change of state:** information, policy, and power. Cambridge: MIT Press, 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016–2022**. Brasília, DF: MCTIC, 2016. Disponível em:

https://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf. Acesso em: 3 jun. 2026

BRITO, Renata Abreu de Carvalho. Transformação Digital e Competitividade Empresarial: Impactos da Inovação Tecnológica no Setor Privado Brasileiro. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 24, p. 1-11, 2025. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/transformacao-digital-e-competitividade-empresarial-impactos-da-inovacao-tecnologica-no-setor-privado-brasileiro. Acesso em: 3 jun. 2026

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Dirigindo na contramão: expansão e desmonte da política de inovação no Brasil. *In:* GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Morais de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta (ed.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022).** 1°ed. Brasília, DF: Ipea: INCT/PPED, 2023. p. 287-317. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11956. Acesso em: 02 maio 2026.

FIGUEIREDO, Paulo Negreiros. Estratégia nacional de inovação: uma breve contribuição para sua efetividade sob a perspectiva de acumulação de capacidade tecnológica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 5, p. 1 - 31, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/FwGd9vXVsgwQkZL8wgrrvBg/?lang=pt. Acesso em: 02 maio 2026.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actos network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Annals** [...] Edmonton: [*S. n.*], 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 1, n. 15, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6385/4069. Acesso: 20 maio 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975. Acesso: 26 maio 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare:** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7–31, 1999. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/126. Acesso em: 3 jun. 2026.

MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. **The Brazilian Innovation System:** A Mission-Oriented Policy Proposal. Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de conhecimento). Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016. Disponível em: https://site.cgee.org.br/documents/10195/1774546/The_Brazilian_Innovation_System-CGEE-MazzucatoandPenna2-Executive_Summary.pdf/aa334bc1-8c6c-446a-bdc0-26469b2a102a?version=1.0. Acesso em: 09 maio 2026.

QUINTSLR, Marcia Maria Melo; SCHNEIDER, Marco André Feldman. Estatísticas oficiais e a integridade da informação: (in) viabilidade ética de um protocolo internacional. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANCIB, 2026. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/issue/view/5. Acesso em: 10 set. 2026.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Configurações contemporâneas da Política de Informação. *In*: TOMAÉL, Maria Inês. (org.). **Compartilhamento da informação.** Londrina: Eduel, 2012. p. 73-101.